

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

Nesta edição:

Edição nº 1084

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletins.....	3
Avisos.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	4
Súmulas de contratos.....	4
Avisos de licitações.....	6
Editais.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

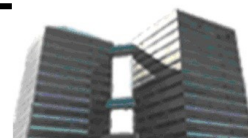
Boletins.....	7
---------------	---



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 4007/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, resolve **REVOGAR**, a contar do dia 28 de setembro de 2012 a Portaria n.º 3183/2012, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça Cível de Torres, na forma que segue:

Promotoria de Justiça de Torres:
1º Promotor de Justiça: processos criminais ímpares, execução criminal e Tribunal do Júri;
2º Promotor de Justiça: processos cíveis, Idoso, Saúde, Cidadania, Ordem Urbanística, Consumidor, Meio Ambiente e Improbidade Administrativa;
3º Promotor de Justiça: Infância e Juventude, processos criminais pares, Juizados Especiais Criminais e Violência Doméstica e familiar;

Esta Portaria revoga a disposição outrora firmada, a contar do dia 28 de setembro de 2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de dezembro de 2012.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

PORTARIA N. 4008/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, resolve **REVOGAR**, a contar do dia 28 de setembro de 2012 as Portarias n.ºs 2819/2010, 2052/2012 e 3116/2012, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível:
1º Promotor de Justiça: Processos em tramitação na 1ª Vara Cível, Defesa do Consumidor, Defesa do Patrimônio Público, Fundações e Saúde Pública, conforme o preconizado no art. 5º, incisos V, VI, XII e XIII, do Provimento n.º 12/2000, respectivamente.
2º Promotor de Justiça: Processos em tramitação na 2ª Vara Cível, Pessoas Portadoras de Deficiência, Meio Ambiente, Defesa dos Direitos do Idoso e Urbanismo e Habitação, consoante o disposto no artigo 5º, incisos III, IV, XIV e XVIII, do Provimento n.º 12/2000, respectivamente.

Esta Portaria revoga a disposição outrora firmada, a contar do dia 28 de setembro de 2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de dezembro de 2012.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

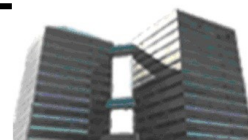
PORTARIA N. 4017/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as Portarias n.os 3306/2011, 0880/2012 e 3250/2012, até o dia 31 de março de 2013, que redistribuíram as atribuições nas Promotorias de Justiça de Canoas, na forma que segue:



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

Promotoria de Justiça Criminal

1º Promotor de Justiça – 1ª Vara Criminal;

2º Promotor de Justiça – 2ª Vara Criminal, exceto processos relativos à violência doméstica;

3º Promotor de Justiça – 3ª Vara Criminal, exceto processos relativos à execução criminal;

4º Promotor de Justiça – JECrim, bem como toda matéria pertinente à execução criminal;

5º Promotor de Justiça – 1ª Vara Criminal;

Promotoria de Justiça Cível

1º Promotor de Justiça – 1ª, 2ª e 5ª Vara Cíveis (nesta, feitos ímpares), todos os procedimentos pertinentes a atos infracionais (infância e juventude), bem como metade dos expedientes investigatórios relativos à matéria de Cidadania (obedecida alternadamente a ordem de distribuição);

2º Promotor de Justiça – 3ª, 4ª e 5ª Vara Cíveis (nesta, feitos pares), todos os feitos vinculados à violência doméstica ("Lei Maria da Penha" – Lei n.º 11340/06), bem como metade dos expedientes investigatórios relativos à matéria de Cidadania (obedecida alternadamente a ordem de distribuição);

4º Promotor de Justiça – 1ª Vara de Família e Sucessões;

5º Promotor de Justiça – 2ª Vara de Família e Sucessões, Promotoria de Justiça Especializada de Canoas;

1º Promotor de Justiça – Defesa Comunitária;

2º Promotor de Justiça – Infância e Juventude, exceto os procedimentos relativos a atos infracionais.

Esta Portaria, relativa à prorrogação da disposição outrora firmada, vigorará no período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de março de 2013, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de dezembro de 2012.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

BOLETIM N. 582/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- os Promotores de Justiça, Dr. LEONARDO GIARDIN DE SOUZA, ID n.º 3443647 e Dr. VALDOIR BERNARDI DE FARIAS, ID n.º 3435814, ambos do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado – GAECO, da Região Fronteira Oeste, para atuarem no Procedimento Investigatório Criminal n.º 00856.00001/2010, atualmente em tramitação na 1ª Promotoria de Justiça de Rosário do Sul (PR.00859.00168/2012-0 - Port. 3990/2012).

REVOGAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 14 de dezembro de 2012, a Portaria n.º 1710/2012, que designou o Dr. CASSIANO MARQUARDT CORLETA como Coordenador da Promotoria de Justiça Cível de ERECHIM (Port. 4020/2012).

PRORROGAR

- até 30 de junho de 2013, a Portaria n.º 2814/2012, a qual designou a Promotora de Justiça Dra. DENISE CASANOVA VILLELA, para atuar no Inquérito Civil n.º IC.01128.00104/2011, na Ação Civil Pública n.º 1110246307-9, no protocolo de Atendimento n.º AT.01128.00091/2011 e ingressar com medidas judiciais para implementação da Lei n.º 11.738/2008. Esta Portaria, relativa à prorrogação da disposição outrora firmada, vigorará no período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2013, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público (Port. 4039/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

BOLETIM N. 583/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- em cumprimento ao que dispõem os artigos 12, inciso V, e 16, "caput", da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, combinados com o artigo 13, "caput", da Lei n.º 7.669, de 17 de junho de 1982, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 11.297, de 29 de dezembro de 1998, o Procurador de Justiça Dr. RUBEN GIUGNO ABRUZZI, ID n.º 3426106, para o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, tendo seu mandato a duração de dois anos, a contar de 20 de dezembro de 2012 (Port. 3982/2012).

DESIGNAR

- em cumprimento ao que dispõe o artigo 15, da Lei n.º 7.669, de 17 de junho de 1982, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 11.297, de 29 de dezembro de 1998, a Procuradora de Justiça Dra. NOARA BERNARDY LISBOA, ID n.º 3426947, para as funções de Subcorregedor-Geral do Ministério Público, tendo seu mandato a duração de dois anos, a contar de 20 de dezembro de 2012 (Port. 3983/2012).

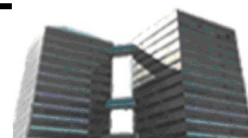
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

AVISO N.º 61/2012

Cientifico que, o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA – GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
119-0900/12-0	1692	Brigada Militar de São Sebastião do Caí – 27º BPM	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3941-0900/12-0	2029	Prefeitura Municipal de São Sepé – Secretaria de Assistência e Habitação Social	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4013-0900/12-4	2044	Prefeitura Municipal de Santo Cristo – Conselho Tutelar	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4014-0900/12-7	2043	Prefeitura Municipal de Porto Luceña – Conselho Tutelar	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4015-0900/12-0	2042	Prefeitura Municipal de Porto Vera Cruz – Conselho Tutelar	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4012-0900/12-1	2045	Delegacia de Polícia de Santo Cristo	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de dezembro de 2012.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N. 584/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 14/12/2012, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", **JOÃO GARCEZ DE MORAES NETO**, tendo entrado em exercício em 19/12/2012.
- habilitado para tomar posse, a contar de 18/12/2012, no cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, **ALBERTO TARASCONI JUNIOR**, tendo entrado em exercício em 19/12/2012.
- habilitado para tomar posse, a contar de 18/12/2012, no cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, **MARCIO BAUMANN SIMÕES**, tendo entrado em exercício em 18/12/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

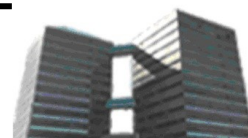
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE TERMO ADITIVO
PROCESSO N.º 2524-09.00/12-5
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/12-5

CONTRATADA: VERSÁTIL SERVIÇOS EMPRESARIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA.; **OBJETO:** alterar a cláusula terceira do contrato de prestação de serviços de condução de veículos, para substituir a modalidade de garantia por seguro-garantia; excluir da condição



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

de gestora do ajuste a servidora Ângela Susanei Veiga.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA

PROCESSO N.º 4079-09.00/12-1

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 79/2012

CONTRATADA: FIAT AUTOMÓVEIS S.A.; **OBJETO:** aquisição de 14 (quatorze) veículos automotivos novos, sem uso, emplacados/lacrados (placa oficial branca/Estado do Rio Grande do Sul), com a devida documentação legal e acompanhados de todos os acessórios obrigatórios por lei, conforme abaixo discriminado:

Item	Descrição, marca/modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	2 veículos, marca Fiat, modelo Novo Ducato Cargo L 9,0 m³ 2.3 Diesel	R\$ 110.000,00	R\$ 220.000,00
2	6 veículos, marca Fiat, modelo Palio Adventure 1.8 16 V Flex 4P	R\$ 54.900,00	R\$ 329.400,00
3	6 veículos, marca Fiat, modelo Linea Essence 1.8 16V Flex 4P	R\$ 58.000,00	R\$ 348.000,00

VALOR TOTAL: R\$ 897.400,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5201; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO N.º 10178-09.00/07-8

LOCADORA: SILVIA UGHINI ZANATTA E LUIZ FERNANDO ZANATTA; **OBJETO:** locação, por 12 (doze) meses, a contar de 04 de dezembro de 2012, do imóvel situado na Avenida Francisco Silveira Bittencourt, n.º 1178, com acesso pela Rua Beco José Paris, n.º 675, Condomínio Monterrey, Bairro Sarandi – Porto Seco, em Porto Alegre/RS, destinado à instalação e funcionamento da Unidade de Almoxarifado desta instituição; **VALOR MENSAL:** R\$ 8.500,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.36, Rubrica 3614; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO N.º 3810-0900/12-4

CONTRATADA: ALFA SUL ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** Contratação de serviço de engenharia, com Fornecimento de Materiais, para execução de reforma parcial das Promotorias de Justiça de Viamão, situado na Rua Bento Gonçalves, n.º 76 – pavimento térreo e 4º pavimento, em Viamão/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 15.007,78; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764; Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.51/5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inc. V, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 18 de dezembro de 2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

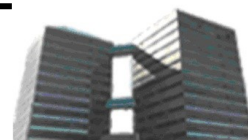
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO 3273-0900/12-4

CONTRATADA: TÉCNICA CONSTRUÇÕES LTDA.; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SANTA ROSA, COM ÁREA TOTAL DE 1.019,47 M2, BEM COMO REFORMA E MANUTENÇÃO DO PRÉDIO EXISTENTE, COM ÁREA DE 521,00 M2, SITUADO NA RUA BUENOS AIRES, N.º 899, EM SANTA ROSA/RS; **VALOR:** 1.983.554,60; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764; Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.51/5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inc. V, da Lei Federal n.º 8.666/93; RATIFICAÇÃO em 18 de dezembro de 2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18.12.2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CO.27048

CONTRATADA: CORAG – Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas; **OBJETO:** contratação de prestação de serviços de impressão de 300 (trezentos) exemplares do Relatório Anual de Atividade do MP/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 9.948,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3934; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inc. VIII, da Lei Federal n.º 8.666/93; RATIFICAÇÃO em 18 de dezembro de 2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO,
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO CO.27080

CONTRATADA: JORNAL O SUL LTDA.; **OBJETO:** renovação de 8 assinaturas anuais do jornal O Sul; **VALOR TOTAL:** R\$ 3.744,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; RATIFICAÇÃO em 19/12/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PR.00958.08039/2012-5

CONCESSIONÁRIO: BANCO DO BRASIL S/A; **OBJETO:** concessão remunerada de uso de área 64,10m², para instalação de posto de atendimento bancário no prédio da Sede Institucional, na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, nesta Capital; **VALOR MENSAL:** R\$ 7.000,00; **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 60 meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 17, § 2º, inc. I, da Lei Federal n.º 8.666/93; RATIFICAÇÃO em 19/12/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO N.º 4260-09.00/10-5

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, aplicar à empresa ATIVITÁ COM. E SERV. LTDA. EPP a sanção de suspensão de participação em licitações e impedimento para contratação com o órgão, pelo prazo de 6 meses, ao amparo da cláusula 7ª, item 7.2, letra 'c', do contrato, dos artigos 2º, III, e 8º, II, do Decreto Estadual nº 42.250/2003, e do artigo 87, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

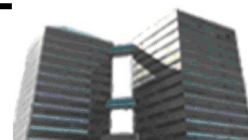
EDITAL N.º 426/2012
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n.º 3399/2012, de 01/10/2012, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público, de 01/10/2012, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, a Unidade de Arquivo eliminará os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos nº 98/2012 e nº 101/2012, aprovadas por meio da Ata n.º 138 da CPAD, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm e na Unidade de Arquivo, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 11/2012 - CAOMA

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

AGUDO

1) Inquérito Civil nº 00710.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Agudo, pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, com a finalidade apurar possível dano ambiental consistente na instalação de obra potencialmente poluidora e supressão de vegetação, sem licença ou autorização dos órgãos competentes, em área de preservação permanente, na Rua Voluntários da Pátria, Agudo/RS.

ALEGRETE

1) Inquérito Civil nº 00711.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pelo Promotor de Justiça Cláudio Pizzato Sidou, com a finalidade apurar a ocorrência de degradação ambiental consistente na poda de angico.

ALVORADA

1) Inquérito Civil nº 00935.00043/2012, da Promotoria de Justiça de Alvorada, pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, com a finalidade apurar poluição sonora causada pelo estabelecimento investigado.

2) Inquérito Civil nº 00935.00045/2012, da Promotoria de Justiça de Alvorada, pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, com a finalidade apurar poluição sonora causada pelos ruídos provenientes de som alto.

AUGUSTO PESTANA

1) Inquérito Civil nº 00937.00024/2012, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade investigar regularização do poço tubular profundo de uso individual situado na Localidade de Sede Velha, interior do Município de Augusto Pestana a/RS.

2) Inquérito Civil nº 00937.00026/2012, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade apurar o fato originado pela apreensão efetuada pela SEAPPA, onde foram encontrados os seguintes produtos ilegais, dentre outros: Bagual 70%, Aky 60WDG, Fripoon 80, Fiprokill Super 80 WG, Metsulfuron, Kitinex PM, Tebuzate 43 SC, os quais são de origem do Uru-

guai e da Argentina, na Localidade de Esquina Nova, interior do Município de Jóia/RS.

BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 00718.00024/2012, da Promotoria de Justiça de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade investigar uso de fogo em campo nativo sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00718.00025/2012, da Promotoria de Justiça de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade apurar poluição sonora e perturbação do sossego.

BARRA DO RIBEIRO

1) Procedimento Investigatório Criminal N.º 00721.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de investigar possível crime ambiental e delito contra as relações de consumo.

2) Inquérito Civil nº 00721.00019/2012, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de averiguar crime ambiental, consistente na extração de saibro, em área não considerada de preservação permanente, de aproximadamente 3100 metros quadrados.

3) Inquérito Civil nº 00721.00020/2012, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, com a finalidade de averiguar dano ambiental, consistente em corte raso de vegetação nativa, fora de reserva legal e APP, sem autorização da autoridade competente, com agravante do uso de fogo.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 00722.00080/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental por supressão de vegetação nativa sem o respectivo alvará florestal.

2) Inquérito Civil nº 00722.00083/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar denúncia relativa a falta de iluminação, limpeza e risco de queda de árvores na Via Pública – Travessa São Caetano, Bento Gonçalves.

3) Inquérito Civil nº 00722.00084/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental causado por empresa na atividade de fabricação de móveis, em desacordo com a licença ambiental, bem como o respectivo licenciamento vencido.

4) Inquérito Civil nº 00722.00085/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental pela empresa em face do exercício de atividade poluidora em desacordo com a Licença de Operação.

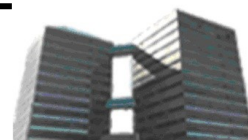
5) Inquérito Civil nº 00722.00086/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar solicitação dos moradores do Loteamento Paim para canaliza-



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

ção do esgoto sanitário proveniente da Rua Eugênio Dalmonin no Bairro São João e da RSC 470 (Bairro Universitário), tendo em vista que o arroio provoca mau cheiro e a presença de diversos vetores biológicos.

6) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00722.00084/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, adito a portaria para que conste como investigado Luciano Cezar Ogradowski.

7) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00722.00108/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, adito a portaria para exclusão de Caetano João Nalin como parte investigada, uma vez que não tem relação a propriedade do imóvel.

BOM JESUS

1) Inquérito Civil nº 00725.00063/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar destruição de mata nativa através de desmatamento de árvores nativas da região (açoita-cavalo, bugre, guajuvira, camboatá, guamirim, entre outras), atingindo 0,45ha (zero vírgula quarenta e cinco hectares), fora de área de preservação permanente, na Estrada do 2º Distrito, Governador, em Bom Jesus/RS.

2) Inquérito Civil nº 00725.00064/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar descarte de resíduos sólidos domésticos (plásticos, latas, fraldas descartáveis, tecidos, roupas velhas, papéis, vidros) causando contaminação do solo e hídrica, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, na BR 285, na Localidade do Caizinho, em Bom Jesus/RS.

3) Inquérito Civil nº 00725.00065/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar descapoeiramento de vegetação nativa (aroeira, bugre, sucará, esporão-de-galo, guamirim, entre outras), em estágios primário e médio de desenvolvimento, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, atingindo 2,70ha (dois vírgula setenta hectares) de área, fora de preservação permanente, no 2º Distrito, Governador, em Bom Jesus/RS.

CAÇAPAVA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00726.00022/2012, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida, com a finalidade de investigar a possível prática de instalação de obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, na localidade de Guarda Velha, interior de Caçapava do Sul.

2) Inquérito Civil nº 00726.00023/2012, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida, com a finalidade de investigar situação de perturbação da tranquilidade consubstanciada em poluição sonora, produzida por estabelecimento comercial, revendedor de combustível, conhecido como "Posto Texaco", neste município.

CACHOEIRINHA

1) Instauração do Inquérito Civil nº 01127.00025/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de investigar a instalação irregular de empresa em área urbana, sito na Rua Corticeira, 115, Jardim do Bosque, no Município de Cachoeirinha/RS, sem a concessão de alvará, causando possível poluição sonora.

2) Instauração do Inquérito Civil nº 01127.00026/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, com a finalidade de investigar a regularidade do estabelecimento comercial denominado "Cipós Bar", de propriedade de Maria Terezinha Suttoff Menessi, sito à Rua Antonio Bastos, 71, em Cachoeirinha/RS, em razão de possível prática de poluição sonora e perturbação da tranquilidade dos moradores.

CAMAQUÃ

1) Instauração do Inquérito Civil nº 00732.00050/2012, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de verificar a ocorrência de danos ao meio ambiente consistentes na instalação ou reforma de dois açudes, sem possuir licença de instalação ou operação, na localidade de Colônia Nova, em Dom Feliciano/RS.

2) Instauração do Inquérito Civil nº 00732.00051/2012, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de verificar a ocorrência de possível ocorrência de danos e riscos à saúde dos moradores e transeuntes do Bairro Doutor Rosinha, devido à existência de vala a céu aberto, com aproximadamente cem (100) metros de extensão, onde corre esgoto pluvial e provavelmente cloacal, em Camaquã/RS.

3) Instauração do Inquérito Civil nº 00732.00053/2012, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de verificar a ocorrência de danos ambientais, causados pelo lançamento de resíduos de óleo em APP (banhado), em Cristal/RS.

CANDELÁRIA

1) Instauração do Inquérito Civil nº 00736.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de apurar a ocorrência de assoreamento do leito do Rio Pardo em face das cheias, especificamente na localidade Passa Sete o que tem causado desbarrancamento em grandes proporções, expondo à risco as casas do entorno, inclusive uma casa centenária/histórica pertencente à família Müller, situada na localidade de Passa Sete, interior do município de Candelária.

CAPÃO DA CANOA

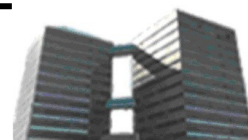
1) Inquérito Civil nº 00949.00060/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de verificar a regularidade do sistema de esgoto do Empreendimento Solanas Casas Del Mar, localizado na Av. Beira Mar, esquina com Av. Central, Atlântida, em Xangri-lá.

2) Inquérito Civil nº 00949.00061/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar even-



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

tual delito ambiental de criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem licença ambiental pelo investigado residente na Avenida Osório, nº 272, Bairro Praia do Barco, em Capão da Canoa.

3) Inquérito Civil nº 00949.00062/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar eventual delito ambiental de criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem licença ambiental pelo investigado residente na Rua do Linguado, nº 551, Bairro Jardim Beira-Mar, em Capão da Canoa.

4) Inquérito Civil nº 00949.00063/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar captação de água subterrânea sem licença do DRH nas futuras instalações da Floricultura Verde Arte, localizada na Av. Paraguai, setor 367, quadra 68, lote 10.

5) Inquérito Civil nº 00949.00064/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar o Empreendimento Condomínio Residencial Atlântida Lagos Park, localizado na Rodovia Estadual ERS 389, Km 29, Bairro Atlântida, em Xangri-lá/RS, em funcionamento sem licença de operação expedida pelo órgão competente.

6) Inquérito Civil nº 00949.00065/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, com a finalidade de averiguar captação de água subterrânea sem licença do DRH nas futuras instalações de uma floricultura, localizada no interior do Condomínio Bosques de Atlântida, na Av. Central, nº 2500, lote D 01, Bairro Centro, Xangri-lá/RS.

CATUÍPE

1) Inquérito Civil nº 00747.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Catuípe, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do envaletamento de banhado.

2) Inquérito Civil nº 00747.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Catuípe, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de investigar Dano ambiental decorrente do corte e destruição de vegetação nativa, e uso do fogo, sem autorização do órgão ambiental competente.

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00748.00265/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa em área de APP, sem licenciamento ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00748.00317/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora sem licença de operação e abate clandestino de bovinos.

3) Inquérito Civil nº 00748.00318/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar possível situação de maus tratos a animais.

4) Inquérito Civil nº 00748.00319/2012, da Promotoria de

Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar possível exercício de atividade em desacordo à LO.

5) Inquérito Civil nº 00748.00320/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar crime contra o meio ambiente - atividade sem licença ambiental.

6) Inquérito Civil nº 00748.00321/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar possíveis danos à coletividade consistente em poluição sonora por parte de igreja evangélica.

7) Inquérito Civil nº 00748.00326/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar depósito irregular de resíduos sólidos (calça), na Rua Jacinto Modena, Bairro Cruzeiro, em Caxias do Sul, em área de preservação permanente.

8) Inquérito Civil nº 00748.00328/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar depósito irregular de resíduos sólidos (calças) em área verde.

9) Inquérito Civil nº 00748.00329/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar possível armazenamento e destinação inadequada das lâmpadas fluorescentes recolhidas pela investigada.

10) Inquérito Civil nº 00748.00332/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar poluição e outros crimes ambientais, depósito irregular de resíduos sólidos..

11) Inquérito Civil nº 00748.00333/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar queima de campo nativo.

12) Inquérito Civil nº 00748.00334/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar intervenção em área de preservação permanente - sem licença ambiental.

13) Inquérito Civil nº 00748.00335/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de investigar crime contra a flora - transporte irregular de espécies nativas - xaxins.

CORONEL BICACO

1) Inquérito Civil nº 00941.00023/2012, da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, pelo Promotor de Justiça Eduardo Bodanezi Lorenzi, com a finalidade de investigar possível dano ambiental consistente na abertura da drenagem de um córrego de 400 (quatrocentos) metros de comprimento por 02 (dois) metros de largura, prejudicando a vazão de água e assoreamento, em área de preservação permanente, sem licença da autoridade ambiental competente, ocorrido no Reassene-



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

tamento Redenção (Sítio Langner), interior do Município de Redentora/RS.

2) Inquérito Civil nº 00941.00024/2012, da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, pelo Promotor de Justiça Eduardo Bodanezi Lorenzi, com a finalidade de investigar possível dano ambiental consistente na lavagem de veículos, em meio a uma lavoura, sem autorização da autoridade competente, na localidade de Campo Santo, interior deste Município.

3) Inquérito Civil nº 00941.00025/2012, da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, pelo Promotor de Justiça Eduardo Bodanezi Lorenzi, com a finalidade de investigar possível dano ambiental consistente na suinocultura, fora dos padrões e normas técnicas para o funcionamento, sendo que os dejetos estariam sendo lançados diretamente em um açude e um banhado, constatado em propriedade na localidade Esquina Mendonça, interior deste Município.

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 00754.00067/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em razão do corte de uma árvore nativa em residência localizada na Rua Voluntários da Pátria, 587, nesta Cidade, sem licenciamento do órgão competente.

2) Inquérito Civil nº 00754.00068/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em razão de pesca irregular com utilização de petrechos não permitidos, na localidade de Rincão dos Valos, interior do Município de Fortaleza dos Valos.

3) Inquérito Civil nº 00754.00069/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em razão de pesca irregular com utilização de petrechos não permitidos, na localidade de Sede Vitória, interior de Fortaleza dos Valos.

4) Inquérito Civil nº 00754.00070/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível prática de crime ambiental em razão de fazer funcionar atividade potencialmente poluidora, sem licença do órgão ambiental competente, no estabelecimento STARMAQ, localizada na Rua Oscar Brenner, 1424, Bairro Brum II, nesta Cidade.

5) Inquérito Civil nº 00754.00071/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível prática de crime ambiental em razão de fazer funcionar atividade potencialmente poluidora, sem licença do órgão ambiental competente, no estabelecimento "Espuma Car", localizado na Rua General Osório, 1882, nesta Cidade.

6) Inquérito Civil nº 00754.00073/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível prática de crime ambiental em razão do corte de árvores e de impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e

demais formas de vegetação e pela supressão de vegetação em APP, sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade localizada no Anexo "E", lote 104, interior do Município de Boa Vista do Incra.

7) Inquérito Civil nº 00754.00074/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível existência de esgoto a céu aberto na Rua Pe Pompeu esquina com Rua Nice de Oliveira, nesta Cidade.

ENCANTADO

1) Inquérito Civil nº 00760.00033/2012, da Promotoria de Justiça Encantado, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar irregularidade ambiental consistente em edificação em área de preservação permanente.

2) Inquérito Civil nº 00760.00034/2012, da Promotoria de Justiça Encantado, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar descumprimento da legislação estadual de prevenção e proteção contra incêndios.

ESTRELA

1) Inquérito Civil nº 01342.00359/2012, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de elaborar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Santa Tereza; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

2) Inquérito Civil nº 01342.00360/2012, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de investigar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Venâncio Aires; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

3) Inquérito Civil nº 01342.00355/2012, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de elaborar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Estrela; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

4) Inquérito Civil nº 01342.00356/2012, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de elaborar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Taquari; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

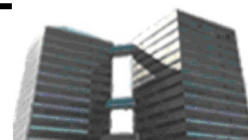
5) Inquérito Civil nº 01342.00357/2012, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de elaborar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Colinas; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

6) Inquérito Civil nº 01342.00358/2012, da Promotoria de



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranhelli de Avila, com a finalidade de elaborar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Arroio do Meio; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

7) Inquérito Civil nº 01342.00361/2012, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranhelli de Avila, com a finalidade de elaborar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Cruzeiro do Sul; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

8) Inquérito Civil nº 01342.00362/2012, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranhelli de Avila, com a finalidade de elaborar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Muçum; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

9) Inquérito Civil nº 01342.00363/2012, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranhelli de Avila, com a finalidade de elaborar uma sistemática de modelo de monitoramento da qualidade das águas dos principais corpos hídricos que banham o Município de Roca Sales; implementação de programa de coleta e análise de água em diferentes pontos desses mananciais.

FAXINAL DO SOTURNO

1) Inquérito Civil nº 00772.00027/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a possibilidade de ter havido desmatamento a corte raso com trator-esteira formação nativa do bioma mata atlântica em estágio médio e avançado de regeneração sem autorização do órgão ambiental competente na localidade de Pinhalzinho, Nova Palma, RS.

2) Inquérito Civil nº 00772.00028/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a possibilidade de ter havido desmatamento a corte raso de vegetação em estágio médio e avançado de regeneração do bioma mata atlântica sem autorização do órgão ambiental competente na localidade de Pinhalzinho, Nova Palma, RS.

3) Inquérito Civil nº 00772.00029/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a possibilidade de ter havido dano (broqueamento) em área de vegetação primária do bioma mata atlântica sem autorização do órgão ambiental competente na localidade de Pinhalzinho, Nova Palma, RS.

FELIZ

1) Inquérito Civil nº 00773.00019/2012, da Promotoria de Justiça de Feliz, pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, com a finalidade de investigar deposição de resíduos sólidos em APP (margem de arroio).

2) Inquérito Civil nº 00773.00020/2012, da Promotoria de Justiça de Feliz, pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno

Gonçalves, com a finalidade de investigar dano ambiental por lançamento de lodo industrial em recurso hídrico.

FREDERICO WESTPHALEN

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 074/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pela supressão de vegetação de origem nativa, em duas áreas distintas, consideradas como Área de Preservação Permanente e totalizando, aproximadamente, 11.000 m², na localidade de Linha Encruzilhada, em Frederico Westphalen/RS.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 075/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pela supressão de 7 (sete) árvores em Área de Preservação Permanente, na localidade de Linha Boa Esperança, em Frederico Westphalen/RS.

GENERAL CÂMARA

1) Inquérito Civil N.º 00778.00005/2012, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, com o fim de apurar a ocorrência de construção irregular em área de preservação permanente.

2) Inquérito Civil N.º 00778.00006/2012, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, com o fim de apurar a ocorrência de construção irregular em área de preservação permanente.

3) Inquérito Civil N.º 00778.00007/2012, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, com o fim de apurar a ocorrência de construção irregular em área de preservação permanente.

4) Inquérito Civil N.º 00778.00008/2012, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, com o fim de apurar a ocorrência de construção irregular em área de preservação permanente.

5) Inquérito Civil N.º 00778.00009/2012, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, com o fim de apurar a ocorrência de construção irregular em área de preservação permanente.

6) Inquérito Civil N.º 00778.00010/2012, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, com o fim de apurar a ocorrência de construção irregular em área de preservação permanente.

7) Inquérito Civil N.º 00778.00011/2012, da Promotoria de Justiça de General Câmara, pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, com o fim de apurar a ocorrência de manutenção de animal silvestre em cativeiro sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

GIRUÁ

1) Inquérito Civil nº 00781.00021/2012, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar o exercício de atividade potencialmente poluidora sem a respectiva licença dos órgãos ambientais.

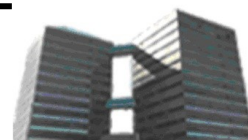
GRAMADO

1) Inquérito Civil nº 00782.00019/2012, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Max Roberto



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

Guazzelli, com a finalidade de investigar atividade potencialmente poluidora em desacordo com a legislação e sem a(s) licença(s) do(s) órgão(s) ambiental(is) competente(s).

2) Inquérito Civil nº 00782.00020/2012, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de investigar degradação ambiental pela supressão de diversas espécies nativas e o corte de xaxins e corticeiras (espécies imunes ao corte), em local considerado de APP (junto à nascente e córrego), sem o(s) prévio(s) licenciamento(s) ambiental(is), totalizando 4.124m² de área atingida.

3) Inquérito Civil nº 00782.00021/2012, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa, do bioma Mata Atlântica, em estágios inicial e médio de regeneração, fora de APP, com uso de trator esteira, atingindo área de 11.133m², sem os cuidados técnicos e o(s) prévio(s) licenciamento(s) ambiental(is).

4) Inquérito Civil nº 00782.00022/2012, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de investigar degradação ambiental pela supressão de vegetação nativa, em estágio inicial de regeneração, com utilização de trator esteira, atingindo área total de 82.634m², sem os cuidados técnicos e o(s) necessário(s) prévio(s) licenciamento(s) ambiental(is).

5) Inquérito Civil nº 00782.00023/2012, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de investigar intervenções em área de preservação permanente, consistente em barramento com pedras e remoção de pedras do leito do arroio, instalação de mesas, bancos e churrasqueiras dentro da área de inundação de arroio, uso intenso de herbicida e uso de poço para abastecimento de uma piscina, tudo sem o(s) prévio(s) licenciamento(s) pelo(s) órgão(s) ambiental(is) competente(s).

GUARANI DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 004/2012, da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari, com o objetivo de apurar a possível ocorrência de dano ambiental contra o meio ambiente, decorrente de manutenção de oficina de chapeamento e pintura em área de preservação permanente, sem licenciamento ambiental, local: Rua Giruá, nº 455, Guarani das Missões/RS.

HERVAL

1) Inquérito Civil nº 00790.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de extração de cascalho e saibro sem licenciamento ambiental na ERS 473, distante 2Km da saída de Herval em direção a Pedras Altas.

2) Inquérito Civil nº 00790.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de extração de cascalho e saibro sem licenciamento ambiental na Estrada Estadual, distante 2Km em direção à Localidade do Bote (Herval/RS).

3) Inquérito Civil nº 00790.00012/2012, da Promotoria de

Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar irregularidades em posto de lavagem de veículos, localizado na rua Cel. Sampaio, 359, bairro Caixa D'Água, nesta cidade.

4) Inquérito Civil nº 00790.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Herval, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar irregularidades em Posto de Lavagem de Veículos, localizado na rua Treze de Maio, 850, bairro Centro, nesta cidade.

HORIZONTINA

1) Inquérito Civil nº 00791.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Horizontina, pela Promotora de Justiça Substituta Raquel Marchiori Dias, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da destruição de vegetação em área de preservação permanente (em torno de uma nascente), fato ocorrido na Rua Duque de Caxias, 1157, Bairro Bela Vista, em Horizontina, conforme o Auto de Constatação da 3ª Cia. Ambiental da Brigada Militar de Santa Rosa/RS.

JAGUARÃO

1) Inquérito Civil nº 00798.00008/2012, da Promotoria de Justiça de Jaguarão, pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, com a finalidade de apurar problemas de barulho no Bar Três Mosqueteiros, que mantém música em volume muito alto

2) Inquérito Civil nº 00798.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Jaguarão, pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, com a finalidade de apurar problemas enfrentados pelos moradores com o esgoto à céu aberto na Rua Inácio Aliandro.

3) Inquérito Civil nº 00798.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Jaguarão, pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, com a finalidade de apurar problemas de barulho causado pelos Bares/Boate Devassa e Fusion aos moradores residentes nas cercanias dos mesmos.

LAJEADO

1) Inquérito Civil nº 00802.00003/2012, da Promotoria de Justiça de Lajeado, pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachinetto, com a finalidade de investigar corte de árvores em logradouro público, na Rua Dr. Roberto Fleischutt, 559, Bairro São Cristóvão, Lajeado, conforme auto de infração SEMA nº 011-04/2012.

2) Inquérito Civil nº 00802.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Lajeado, pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachinetto, com a finalidade de investigar a falta de entrega de relatórios ou informações ambientais nos prazos exigidos pela legislação, ou quando aplicável, determinado pela autoridade ambiental, conforme Auto de Infração SEMA nº 003-04/2012.

3) Inquérito Civil nº 00802.00005/2012, da Promotoria de Justiça de Lajeado, pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachinetto, com a finalidade de investigar a negativa de atendimento a exigências regulamentares da LO nº 193-03/2011-SEMA, que visam cessar degradação ambiental, conforme AI Nº 007-04/2012-SEMA.

4) Inquérito Civil nº 00802.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Lajeado, pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachinetto, com a finalidade de investigar o funcionamento de atividade potencialmente poluidora, sem apresentar relatórios



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

ambientais exigidos pela autoridade ambiental, conforme AI 018-04/2012 - SEMA.

5) Inquérito Civil nº 00802.00007/2012, da Promotoria de Justiça de Lajeado, pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachineto, com a finalidade de investigar o funcionamento de obra utilizadora de recursos naturais, realização de trabalho de aterro, canalização de recursos hídricos e destruição parcial de vegetação nativa, sem LO, conforme AI.019-04/2012 – SEMA, na Av. Presidente Castelo Branco, esquina com Júlio F. Born, Bairro Florestal, Lajeado.

6) Inquérito Civil nº 00802.00015/2012, da Promotoria de Justiça de Lajeado, pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachineto, com a finalidade de investigar se empresa atende às condições e restrições do licenciamento ambiental e, em especial, a eficácia do sistema de tratamento de efluentes.

7) Inquérito Civil nº 00802.00016/2012, da Promotoria de Justiça de Lajeado, pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachineto, com a finalidade de investigar a existência de perigo de alagamentos severos, no período de cheias, devido a aterros realizados pelos investigados, na Rua Bento Rosa, Bairro Hidráulica, em Lajeado

MARAU

1) Inquérito Civil nº 00806.00012/2012, da Promotoria de Justiça de Marau, pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no depósito de resíduos sólidos em propriedade rural privada, localizada na linha São José dos Tonal, interior do município de Marau-RS.

MOTENEGRO

1) Inquérito Civil nº 01175.00043/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de investigar Supressão, com uso de trator, de vegetação nativa (Maricás, Tarumãs, Jerivás e outras) e de espécie nativa proibida de corte (corticeiras do banhado) fora de área de preservação permanente, bem como a abertura de vala e de açude e depósito de resíduos sólidos domésticos (lixo) a céu aberto, atingindo área de 3.979 metros quadrados, sem autorização do órgão ambiental competente, no município de Pareci Novo.

2) Inquérito Civil nº 01175.00044/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de investigar a situação inadequada de criação, propriedade e posse de cães, em imóvel particular, em contrariedade à legislação municipal (Lei Municipal 3767/2002), em razão do número excessivo de animais (aproximadamente 75).

3) Inquérito Civil nº 01175.00045/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de investigar a prática de destruição de vegetação nativa em APP, sem autorização dos órgãos competentes, na localidade de Porto Garibaldi, em Montenegro/RS, no ano de 2012.

4) Inquérito Civil nº 01175.00047/2012, da Promotoria de Justiça de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de investigar a atividade de lavagem de caminhão, veículos e tratores sem licenciamento ambiental, sem caixa separadora de água e

óleo, sem piso impermeabilizado e com lançamento de resíduos e água diretamente no solo, além da utilização de poço tubular sem autorização do DRH.

NONOAI

1) Inquérito Civil nº 00811.00039/2012, da Promotoria de Justiça de Nonoai, pelo Promotor de Justiça Marcelo José da Costa Petry, com a finalidade de promover a recuperação da Área de Preservação Permanente ocupada pelo investigado, às margens do lago da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo.

NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil nº 00814.00116/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possíveis atos de abuso e maus tratos a animais da espécie canina na Rua Odon Cavalcanti, n.º 2155, Bairro Canudos, Novo Hamburgo.

2) Inquérito Civil nº 00814.00117/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possíveis atos de abuso e maus tratos a animal da espécie canina na Rua Ceará, n.º 54, Bairro Rincão, Novo Hamburgo.

3) Inquérito Civil nº 00814.00118/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possível funcionamento de empreendimento sem licença de operação, situado na Rua Guia Lopes, n.º 1825 – E, Bairro Rondônia, nesta cidade.

4) Inquérito Civil nº 00814.00119/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possível funcionamento de empreendimento sem licença de operação, situado na Rua Guia Lopes, n.º 1825 – E, Bairro Rondônia, nesta cidade.

5) Inquérito Civil nº 00814.00120/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar Corte irregular de taquaras na propriedade situada na Estrada Afonso Strack, n.º 7445, Bairro Lomba Grande, Novo Hamburgo.

6) Inquérito Civil nº 00814.00121/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possível poluição atmosférica e funcionamento irregular de empresa situada na Rua Mundo Novo, n.º 775, casa 139, Novo Hamburgo.

7) Inquérito Civil nº 00814.00122/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possível risco causado por eucaliptos situados na Rua Bento Gonçalves, em frente ao n.º 101, Novo Hamburgo.

8) Inquérito Civil nº 00814.00123/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possíveis pichações da residência situada na Rua Cuiabá, n.º 240, Bairro Boa Vista, Novo Hamburgo.

9) Inquérito Civil nº 00814.00124/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possíveis irregularidades em encanamento de esgoto na Rua Anselmo da Silva Cordova, Novo Hamburgo.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

10) Inquérito Civil nº 00814.00125/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possível insuficiência de local adequado para depósito de resíduos na Rua Dr. Karl William Schinke, Novo Hamburgo.

11) Inquérito Civil nº 00814.00126/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar Possível alteração em nascente no Arroio Manteiga.

12) Inquérito Civil nº 00814.00127/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possível lançamento de resíduos oleosos na rede de esgoto pluvial pela Auto Mecânica Liberdade Ltda., localizada na Rua Miranda, n.º 668, Bairro Liberdade, Novo Hamburgo.

13) Inquérito Civil nº 00814.00128/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar Possíveis irregularidades ambientais na empresa Samuel Skiba - ME.

14) Inquérito Civil nº 00814.00129/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possíveis irregularidades ambientais na empresa Deutrich Clichês Ltda.

15) Inquérito Civil nº 00814.00130/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possíveis atos de maus tratos contra animal da espécie canina, na residência situada na Rua Paulo Dias da Costa, n.º 81, Bairro Boa Saúde, Novo Hamburgo.

16) Inquérito Civil nº 00814.00131/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar possíveis irregularidades em procedimento de licenciamento ambiental de ampliação do Hospital Unimed, principalmente por estar na zona de amortecimento do Parcão.

17) Inquérito Civil nº 00814.00134/2012, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com fim de investigar Possíveis irregularidades no licenciamento ambiental da empresa EIA FEINE.

OSÓRIO

1) Inquérito Civil nº 01212.00036/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de verificar a colocação de aterro, terraplanagem e construção de trapiche de madeira, rampas e muro de concreto em área de preservação permanente situada às margens da Lagoa da Pinguela, em Morro Alto, Maquiné/RS, sem o devido licenciamento ambiental.

2) Inquérito Civil nº 01212.00037/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de verificar o depósito de resíduos sólidos orgânicos (podas de árvore) às margens do Rio Camarão, sem licença/autorização ambiental, em propriedade situada no Condomínio Campos de Dentro, na RS-030, Km 103, Osório/RS.

3) Inquérito Civil nº 01212.00038/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça

Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de investigar a captação de água subterrânea por meio de Poço Artesiano, sem licença do DRH, no estabelecimento "Posto de Combustíveis Mundo Novo", localizado na Rua Costa Gama, 1500, em Osório/RS.

4) Inquérito Civil nº 01212.00039/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de investigar eventual dano ambiental decorrente da manutenção de uma casa e estrebarias para animais em área de preservação permanente, sem licenciamento ambiental.

5) Inquérito Civil nº 01212.00040/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de investigar dano ambiental pelo Lançamento de resíduos líquidos diretamente no solo, no estabelecimento "Restaurante Parque dos Rodeios", em Osório/RS.

6) Inquérito Civil nº 01212.00042/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de investigar o corte de árvores exóticas em APP, em área aproximada de 0,81 hectares, sem licenciamento ambiental, na Serra do Umbu, Maquiné/RS.

PALMEIRA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 47/12, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, com a finalidade de aferir a supressão de vegetação nativa secundária em estágios médio e avançado de regeneração natural do Bioma Mata Atlântica, com drenagem de banhado e curso d'água, supressão de bordadura de fragmento florestal, ocultação subterrânea de curso d'água natural com tubos de concreto em 06 (seis) áreas, conforme Auto de Constatação nº 2.2.021203.084/12-09 e Ofício APALM nº 39/2012.

PANAMBI

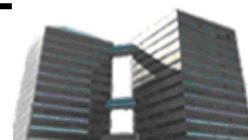
1) Inquérito Civil nº 00819.00011/2012, da Promotoria de Justiça de Panambi, pela Promotora de Justiça Marlise Cordonosi Bortoluzzi, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental ocorrido na propriedade do investigado, localizada na Localidade de Barra do Barbosa, interior do Município de Condor, consistente no corte e destoque de árvores nativas em aproximadamente 200m2 (duzentos metros quadrados), fora da área de preservação permanente e sem autorização do órgão ambiental competente.

PORTÃO

1) Inquérito Civil nº 00943.00016/2012, da Promotoria de Justiça de Portão, pelo Promotor de Justiça Wilson Luís Grezzana, com a finalidade de apurar irregularidades ambientais nas operações industriais da empresa Kern Mattes Couros Ltda., a saber: armazenamento inadequado de resíduos, vazamento de óleo de compressores com risco de contaminação do solo, e condições do piso da área do processo industrial, com advertências e autuações anteriores sem efeito prático. Também se verificou procedente a denúncia de mau-cheiro, o que se verificou proveniente da área onde situado o tanque de lodo do homogeneizador e tanque de armazenamento do lodo para a prensas de deságue.



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

QUARAÍ

1) Inquérito Civil nº 00850.00022/2012, da Promotoria de Justiça de Quaraí, pelo Promotor de Justiça José Eduardo Gonçalves, com a finalidade de investigar o corte de vegetação nativa e queimada de resíduos sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00850.00023/2012, da Promotoria de Justiça de Quaraí, pelo Promotor de Justiça José Eduardo Gonçalves, com a finalidade de investigar o corte de vegetação nativa (espinilho e outras espécies) e queima, a céu aberto, dos resíduos resultantes do corte da vegetação.

RONDA ALTA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 20/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, em virtude de informação trazida a esta Promotoria de Justiça, por meio de termo circunstanciado ambiental enviado pela PATRAM de Carazinho, noticiando o corte de árvores nativas, sem licença do órgão ambiental competente, em uma área de 0,23 hectare, na propriedade de Rosalino Scarton, situada na Linha Tunas, no Município de Rondonha.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 21/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, em virtude de informação trazida a esta Promotoria de Justiça, por meio de termo circunstanciado ambiental enviado pela PATRAM de Carazinho, noticiando a abertura de uma vala e a atividade de ordenha de gado leiteiro, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade de Aurio Luís Stivanin, situada na Linha São Paulo Bins, no Município de Rondonha.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 22/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, em virtude de informação trazida a esta Promotoria de Justiça, por meio de termo circunstanciado ambiental enviado pela PATRAM de Carazinho, noticiando o depósito de 3m³ de lenha nativa, sem licença do órgão ambiental competente, decorrente do corte de árvores realizado na propriedade de Sidernei Fugalli, situada na Linha Ársego, neste Município.

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 23/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, em virtude de informação trazida a esta Promotoria de Justiça, por meio de termo circunstanciado ambiental enviado pela PATRAM de Carazinho, noticiando a ocorrência de destoque de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, em uma área de 0,378 hectare, na propriedade de Álvaro Colussi, situada na Linha São Paulo Bins, no Município de Rondonha.

5) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 24/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, em virtude de informação trazida a esta Promotoria de Justiça, por meio de termo circunstanciado ambiental enviado pela PATRAM de Carazinho, noticiando a destruição de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, em uma área de 0,42 hectare, na propriedade de Carlinhos Segnor, situada na Linha Antinha, no Município de Rondonha.

6) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 25/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, em virtude de informação trazida a esta Promotoria de Justiça, por meio de termo circunstanciado ambiental enviado pela PATRAM de Carazinho, noticiando o depósito de 2 m³ de lenha nativa e a criação de bovinos e suínos, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade de Eny Fiorentin, situada na Linha São Sebastião, no Município de Ronda Alta.

ROSÁRIO DO SUL

1) Inquérito Civil 00856.00032/2012, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, com o fim de apurar a ocorrência de depósito de gás liquefeito de petróleo (GLP), pela empresa "Armazém do Arizoly", localizada na Rua Chile, N.º 471, em Rosário do Sul, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente e apurar possíveis irregularidades acerca do não cumprimento das regras atinentes à legislação estadual de prevenção de incêndios.

2) Inquérito Civil 00856.00033/2012, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, com o fim de apurar possível dano ambiental consistente no transporte irregular de pássaros silvestres, sem licença ambiental, encontrados pela Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ambiental, na BR 290, no posto da PRF, em Rosário do Sul.

SANANDUVA

1) Inquérito Civil nº 00857.00038/2012, da Promotoria de Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, a fim de investigar queima de vegetação fora de APP. Linha São Domingos, Sananduva, RS.

2) Inquérito Civil nº 00857.00039/2012, da Promotoria de Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, a fim de investigar queima de vegetação fora de APP. Linha São Domingos, Sananduva, RS.

3) Inquérito Civil nº 00857.00040/2012, da Promotoria de Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, a fim de investigar corte de vegetação nativa em uma área de 0,2 hectares. Linha Urtiga Alta, São João da Urtiga, RS.

4) Inquérito Civil nº 00857.00041/2012, da Promotoria de Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, a fim de investigar poluição atmosférica por pintura com pistola e compressor de ar em local público não isolado. Av. Professor Zeferino, nº1332, São João da Urtiga, RS.

5) Inquérito Civil nº 00857.00042/2012, da Promotoria de Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, a fim de investigar supressão de árvores nativas de várias espécies, em diferentes estágios de regeneração, fora de APP, e uso de fogo sem licença do órgão ambiental competente. Linha São José, Sananduva, RS.

6) Inquérito Civil nº 00857.00043/2012, da Promotoria de Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, a fim de investigar construção de açudes em APP, sem licença ambiental, Linha São José, Sananduva, RS.

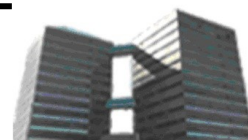
7) Inquérito Civil nº 00857.00044/2012, da Promotoria de



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, a fim de investigar destoque e supressão de vegetação nativa em uma área de 0,5 hectares, sem licença ambiental, Linha Carmela, Paim Filho, RS.

8) Inquérito Civil nº 00857.00045/2012, da Promotoria de Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, a fim de investigar supressão de 45 (quarenta e cinco) árvores nativas sem licença ambiental, Linha Guabiroba Média, São João da Urtiga, RS.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 00865.00043/2012, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar denúncia de esgoto a céu aberto na Rua André Marques, esquina com a Rua dos Andradas.

2) Inquérito civil nº 00865.000092/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar a manutenção em cativeiro de pássaros silvestre sem autorização do órgão ambiental competente.

3) Inquérito civil nº 00865.000093/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar intervenção em área de preservação permanente, mediante desmatamento em área de 6.600m², em desacordo com a legislação vigente e transporte de madeira sem documento de origem florestal.

4) Inquérito civil nº 00865.000095/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar dano ambiental consubstanciado na realização de atividades potencialmente poluidoras sem autorização da autoridade competente.

SANTIAGO

1) Inquérito civil nº 01223.000030/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Substituto Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente na queimada parcial de uma árvore de espécie nativa (paineira) e no corte de uma árvore de espécie exótica (pinus), sem autorização do órgão ambiental competente, no bairro Jardim das Paineiras, em Santiago/RS.

2) Inquérito civil nº 01223.000031/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Substituto Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente no depósito de lixo em terreno baldio, localizado na esquina das ruas Luiz Vitorino Chagas e Sílvia Duncan".

3) Inquérito civil nº 01223.000032/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Substituto Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental, decorrente do corte de duas árvores exóticas - Ligustro - em logradouro público, sem licença/autorização do órgão ambiental competente, bem como utilização de motosserra sem licença ou registro da autoridade competente, na rua Paulo Silva, bairro São Jorge, em Santiago/RS

SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 00947.00012/2012, da Promotoria de

Justiça de São Santo Antônio das Missões, pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, a fim de investigar o uso de fogo, supressão, corte e descapoeiramento de vegetação nativa sem licença do órgão ambiental competente.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

1) Inquérito Civil nº 00882.00034/2012, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de investigar pesca predatória, praticada por Neri da Rosa e Outros, São Francisco de Paula/RS.

SÃO JERÔNIMO

1) Inquérito Civil nº 00887.00041/2012, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de apurar irregularidade na carvoaria de propriedade de Cassiano Rocha Vaz, na localidade de Arroio Grande, Barão do Triunfo/RS.

2) Inquérito Civil nº 00887.00042/2012, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, decorrente de supressão de vegetação, sem a devida licença, no município de São Jerônimo/RS.

3) Inquérito Civil nº 00887.00043/2012, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente de fazer funcionar posto de lavagem, polimento e lubrificação de veículos, sem a devida licença ambiental, em São Jerônimo/RS.

4) Inquérito Civil nº 00887.00044/2012, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, decorrente de fazer funcionar posto de lavagem, lubrificação e polimento de veículo, sem a devida licença ambiental, no município de São Jerônimo/RS.

5) Inquérito Civil nº 00887.00045/2012, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, decorrente de impedir ou dificultar a regeneração natural de formas de vegetação, sem licença do órgão ambiental, na localidade de Linha Dona Francisca, no município de Barão do Triunfo/RS.

6) Inquérito Civil nº 00887.00046/2012, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, decorrente de fazer funcionar atividade potencialmente poluidora e armazenar em depósito, madeira e carvão vegetal, sem a devida licença ambiental, na localidade de Carvoeira, no município de São Jerônimo/RS.

7) Inquérito Civil nº 00887.00047/2012, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, decorrente de fazer funcionar atividade potencialmente poluidora e armazenar em depósito, madeira e carvão vegetal, sem a devida licença ambiental, na localidade de Carvoeira, no município de São Jerônimo/RS.

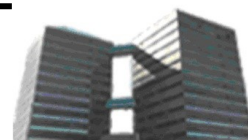
SÃO JOSÉ DO NORTE

1) Inquérito Civil nº 00888.00034/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, pelo Promotor de Justiça Ever-



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

ton Luis Resmini Meneses, com a finalidade de apurar caso de veraneio em área de restinga, na Praia do Mar Grosso, São José do Norte.

SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 00890.00021/2012, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de investigar necessidade de tombamento do imóvel situado na Rua, 1º de Março, 572, Bairro Centro, nesta cidade, em virtude de seu valor histórico.

SÃO PEDRO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00897.00015/2012, da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul, pelo Promotor de Justiça Davi Lopes Rodrigues Júnior, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente do corte, transporte e recebimento de lenha nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, fato ocorrido em São Pedro do Sul.

2) Inquérito Civil nº 00897.00016/2012, da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul, pelo Promotor de Justiça Davi Lopes Rodrigues Júnior, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente do corte de vegetação nativa, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, fato ocorrido na Localidade de Carpintaria, 4º Distrito de São Pedro do Sul.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

1) Inquérito Civil nº 00898.00035/2012, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, com a finalidade de investigar Notícia de dano ambiental decorrente da atividade de lavagem de veículo em desconformidade com a legislação municipal e com despejo de resíduos em curso hídrico, na Rua Osvaldo aranha, Vila Rica em São Sebastião do Caí.

SAPIRANGA

1) Inquérito Civil nº 00901.00037/2012, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar a criação irregular de animais (cães), em desacordo com a legislação municipal, no endereço localizado na Rua Riachuelo, nº 215, Bairro Centenário.

SAPUCAIA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00903.00046/2012, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, com a finalidade de investigar as estruturas locais de fiscalização e tutela do meio ambiente.

SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 00907.00101/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas, sem licenciamento ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00907.00102/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas, sem licenciamento ambiental.

TAPEJARA

1) Inquérito Civil nº 00908.00023/2012, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental, consistente em fazer funcionar empreendimento sem autorização de órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00908.00029/2012, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental, referente ao delito tipificado como "executar obra ou serviço sem autorização ambiental competente".

3) Inquérito Civil nº 00908.00032/2012, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental consistente em depósito irregular de embalagens de agrotóxico, e descarte irregular de restos de animais domésticos e lixo de várias espécies, sem autorização do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00908.00033/2012, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental consistente em fazer funcionar empreendimento potencialmente poluidor em desacordo com as licenças ambientais.

TAQUARA

1) Inquérito Civil nº 00911.00105/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de fabricação de sandálias sem as licenças ambientais.

2) Inquérito Civil nº 00911.00106/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de serraria com licença de operação vencida e sem cadastro técnico federal.

3) Inquérito Civil nº 00911.00107/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de chapeação e pintura de automóveis sem licenciamento dos órgãos ambientais.

4) Aditamento à Portaria de instauração do Inquérito Civil nº 00911.00107/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com o fim de excluir do polo passivo Leandro José Machado de Oliveira.

5) Inquérito Civil nº 00911.00108/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar depósito irregular de areia de fundição

6) Inquérito Civil nº 00911.00109/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar corte irregular de vegetação nativa

7) Inquérito Civil nº 00911.00110/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar queima de resíduos florestais

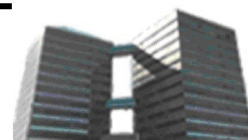
8) Inquérito Civil nº 00911.00111/2012, da Promotoria de



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar corte irregular de vegetação nativa, poluição atmosférica e aplicação de herbicida

9) Aditamento à Portaria de instauração do Inquérito Civil nº 00911.00111/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com o fim de excluir do polo passivo Daniel Ricardo Zwestch.

10) Inquérito Civil nº 00911.00112/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de madeireira sem as licenças dos órgãos ambientais

11) Aditamento à Portaria de instauração do Inquérito Civil nº 00911.00112/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com o fim de excluir do polo passivo Carlos Alberto Kirsch.

12) Inquérito Civil nº 00911.00113/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade potencialmente poluidora sem as licenças dos órgãos ambientais.

13) Inquérito Civil nº 00911.00114/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de serraria sem licenciamento dos órgãos ambientais.

14) Aditamento à Portaria de instauração do Inquérito Civil nº 00911.00114/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com o fim de excluir do polo passivo Luiz Pires dos Santos.

15) Inquérito Civil nº 00911.00115/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar corte irregular de vegetação nativa.

16) Inquérito Civil nº 00911.00116/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de serraria sem licenciamento dos órgãos ambientais.

17) Inquérito Civil nº 00911.00117/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de serraria sem licenciamento dos órgãos ambientais.

18) Inquérito Civil nº 00911.00118/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de chapeação e pintura de automóveis sem licenciamento dos órgãos ambientais.

19) Inquérito Civil nº 00911.00119/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de lavagem de veículos automotores sem licenciamento dos órgãos ambientais.

20) Inquérito Civil nº 00911.00120/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio

Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de lavagem de veículos automotores sem licenciamento dos órgãos ambientais.

21) Inquérito Civil nº 00911.00121/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar atividade de lavagem de veículos automotores sem licenciamento dos órgãos ambientais.

22) Inquérito Civil nº 00911.00122/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar extração irregular de arenito.

23) Inquérito Civil nº 00911.00123/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pelo Promotor de Justiça Substituto Márcio Emílio Lemes Bressani, com a finalidade de investigar extração irregular de arenito.

24) Inquérito Civil nº 00911.00125/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa e movimentação de terra próximo a arroio (APP).

25) Inquérito Civil nº 00911.00126/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar queima de resíduos florestais.

26) Inquérito Civil nº 00911.00127/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar corte irregular de vegetação nativa.

27) Inquérito Civil nº 00911.00128/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar corte irregular de vegetação nativa.

28) Inquérito Civil nº 00911.00130/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar atividade de fabricação de molduras em gesso sem as devidas licenças dos órgãos ambientais.

29) Inquérito Civil nº 00911.00132/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar extração irregular de arenito.

30) Inquérito Civil nº 00911.00133/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar atividade de lavagem de veículos automotores sem licenciamento dos órgãos ambientais competentes.

31) Inquérito Civil nº 00911.00139/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de investigar atividade de lavagem de veículos automotores sem licenciamento dos órgãos ambientais competentes.

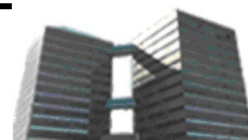
TORRES

1) Inquérito Civil nº 00914.00051/2012, pela Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de investigar existência de depósito de resíduos diversos, tais como: pneus, resíduos eletrônicos, latas de óleo, latas de tinta, ferro em geral, gela-



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

deiras, borracha, espuma, vidro, couro, com lançamento a céu aberto e diretamente no solo, sem qualquer licenciamento ambiental, na Estrada Geral do Camboim (acesso a Areias Brancas), nº 2137, em Arroio do Sal, sob a responsabilidade da Prefeitura de Arroio do Sal.

TRÊS COROAS

1) Inquérito Civil nº 01130.00029/2012, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar depósito irregular de madeira nativa.

TUPANCIRETÃ

1) Inquérito Civil nº 00920.00028/2012, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, com a finalidade de investigar excesso de ruído gerado pelas atividades de um "bailão" localizado na Rua Alfredo Mardini, ao lado do nº 101, em Tupanciretã, com incômodo para a vizinhança.

URUGUAIANA

1) Inquérito Civil nº 00922.00059/2012, da Promotoria de Justiça de Uruguiana, pelo Promotor de Justiça Diego Correa de Barros, com a finalidade de investigar o funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor (depósito e comércio de gás GPL), com a licença de operação vencida.

2) Inquérito Civil nº 00922.00061/2012, da Promotoria de Justiça de Uruguiana, pelo Promotor de Justiça Diego Correa de Barros, com a finalidade de investigar a existência de estabelecimento comercial em funcionamento sem a devida licença e autorização do órgão ambiental competente, no caso, atividade de serviço de aplicação de agrotóxicos e afins (dedetização, desinsetização e desratização).

VACARIA

1) Inquérito Civil nº 00924.00082/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no (a) descarte de resíduos sólidos em Banhado; (b) dano em área de preservação permanente devido ao plantio de pastagem a menos de 30 metros da margem de açude, atingindo uma área de 054 ha (zero vírgula cinquenta e quatro hectares); (c) desmatamento de vegetação nativa, de árvores em estágio médio, fora de área de preservação permanente, tudo sem licença dos órgãos ambientais competentes, fatos constatados no dia 31/07/2012, em propriedade sob responsabilidade do investigado, situada na Fazenda da Ramada, no município de Vacaria/RS (conforme Boletim de Ocorrência n.º 1216107).

2) Inquérito Civil nº 00924.00083/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na confecção de drenos em área de preservação permanente e desvio do curso de água de um córrego, atingindo uma área de 0,20 ha (zero vírgula vinte hectares), tudo sem licença dos órgãos ambientais competentes, fatos constatados no dia 20/07/2012, em propriedade sob responsabilidade do investigado, situada na Estrada do Capão Grande, no município de Muitos Capões/RS (conforme Boletim de Ocorrência n.º 2999637).

3) Inquérito Civil nº 00924.00084/2012, da Promotoria de

Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na confecção de drenos em área de preservação permanente, atingindo uma área de 0,12 ha (zero vírgula doze hectares), tudo sem licença dos órgãos ambientais competentes, fatos constatados no dia 16/07/2012, em propriedade sob responsabilidade do investigado, situada na Estrada da Macena, no município de Vacaria/RS (conforme Boletim de Ocorrência n.º 3001477).

4) Inquérito Civil nº 00924.00085/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no corte de 38 (trinta e oito) árvores nativas de diversas espécies, perfazendo um volume total 15,57 m³ (quinze vírgula cinquenta e sete metros cúbicos, sendo dessas 19 da espécie Araucária angustifolia, com volume de 11,60m³ (onze vírgula sessenta metros cúbicos), todas fora de área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 22/07/2012, em propriedade sob responsabilidade do investigado, localizada na Capela Nossa Senhora de Fátima, Fazenda Estrela, no município de Vacaria/RS (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 2999521).

5) Inquérito Civil nº 00924.00086/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no uso indevido de bomba de sucção para captação de recursos hídricos, sem possuir licença ambiental e outorga do uso da água do Departamento de Recursos Hídrico, fato constatado no dia 03/07/2012, em local sob responsabilidade do investigado, situado na Fazenda São Luiz, Passo do Carro, no município de Vacaria/RS (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 3001481).

6) Inquérito Civil nº 00924.00087/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no uso indevido de bomba de sucção para captação de recursos hídricos, sem possuir licença ambiental e outorga do uso da água do Departamento de Recursos Hídrico, fato constatado no dia 16/07/2012, em local sob responsabilidade do investigado, situado na Estrada da Macena, margens do Rio Santana, no município de Vacaria/RS (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 2999428).

7) Inquérito Civil nº 00924.00088/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na poluição de solo e atmosférica decorrente da queima de resíduos sólidos, fato constatado no dia 27/09/2012, em local sob responsabilidade da empresa Agropecuária Schio Ltda, situada na BR 285, Km 03, no município de Vacaria/RS (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 2620161).

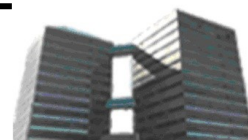
VENÂNCIO AIRES

1) Inquérito Civil nº 00927.00008/2012, da Promotoria de Justiça Venâncio Aires, pelo Promotor de Justiça Pedro Rui da Fontoura Porto, com a finalidade de apurar o problema de excesso de poeira causado aos moradores das localidades de Linha Grão Pará e Linha Olavo Bilac, ambas situadas no inte-



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

rior do município de Venâncio Aires/RS, em vista da extração e transporte de brita e "rachão", oriundos de três pedreiras situadas na primeira localidade, assim como verificar a regularização ambiental desses locais, que são explorados pelos Municípios de Venâncio Aires e Mato Leitão e pelas empresas M. Schmidt e Cia. Ltda. (VEPLAN) e Conpasul Construção e Serviços Ltda. (CONPASUL), todas situadas em Venâncio Aires/RS

VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil nº 00929.00060/2012, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, com a finalidade de investigar abastecedora de combustível sem licença ambiental.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de dezembro de 2012.

MARTA LEIRIA LEAL PACHECO,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 07/2012 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

1) Inquérito Civil Público nº 00712.00002/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de **Alegrete**, com a finalidade de investigar na prestação do serviço de urgência e/ou emergência pela rede pública de saúde no município.

2) Inquérito Civil nº 00712.00006/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de **Alegrete**, com a finalidade de investigar a deficiência na prestação do transporte pela Secretaria Municipal da Saúde aos pacientes do SUS para outros municípios.

3) Inquérito Civil nº 00716.00014/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de **Arroio Grande**, com a finalidade de apurar irregularidades no atendimento básico à saúde pelo município.

4) Inquérito Civil nº 00717.00022/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, da Promotoria de Justiça de **Arvorezinha**, com a finalidade de investigar a eficiência do atendimento de urgência e emergências, bem como do sistema de sobreaviso dos médicos plantonistas no Hospital São João de Arvorezinha, localizado no centro da cidade.

5) Inquérito Civil nº 00937.00021/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, da Promotoria de Justiça de **Augusto Pestana**, com a finalidade de investigar Instituição de Longa Permanência para Idosos as condições de higiene do Albergue Municipal – Patricia Eidelwein.

6) Inquérito Civil nº 00723.00010/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de **Bento Gonçalves**, com a finalidade de investigar, articular, acompanhar e provocar as providências necessárias para a efetiva construção, implantação e funcionamento do novo Presídio Estadual de Bento Gonçalves.

7) Inquérito Civil nº 00723.00013/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de **Bento Gonçalves**, com a finalidade de averiguar efeitos nocivos à saúde originados da instalação de antena de telefonia da TIM Celular S/A instalada no Bairro Vila Nova em Bento Gonçalves.

8) Inquérito Civil nº 00723.00029/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de **Bento Gonçalves**, com a finalidade de apurar falta de leitos para internação junto ao Hospital Tacchini decorrente do excesso de demanda de associados do Plano Tacchimed.

9) Inquérito Civil nº 00723.00049/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de **Bento Gonçalves**, com a finalidade de apurar a suspensão de repasses pela Prefeitura de Bento Gonçalves para custeio de cirurgias eletivas e outros procedimentos decorrentes de convênio e o consequente prejuízo dos serviços de saúde pelo SUS.

10) Inquérito Civil nº 00723.00002/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de **Bento Gonçalves**, com a finalidade de averiguar situações envolvendo possíveis fugas de pacientes psiquiátricos internados na ala do SUS, junto ao Hospital Tacchini.

11) Inquérito Civil nº 00725.00028/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando de Arayjo Bittencourt, da Promotoria de Justiça de **Bom Jesus**, com a finalidade de investigar irregularidades no Hospital de Bom Jesus, referidas no relatório de inspeção elaborado pela 5ª Coordenadoria Regional de Saúde.

12) Inquérito Civil nº 00727.00014/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de **Cacequi**, com a finalidade de investigar precariedade do serviço de plantão médico de urgência e emergência no município, pelo Instituto de Saúde e Educação Vida.

13) Inquérito Civil nº 00728.00023/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Marcela Romera, da Promotoria de Justiça de **Cachoeira do Sul**, com a finalidade de apurar a situação de risco à incolumidade pública moradora e vizinha e vizinha do prédio localizado na Rua Sete de Setembro, 474, em face da rachadura do mesmo.

14) Inquérito Civil nº 00728.00020/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de **Cachoeira do Sul**, com a finalidade de apurar a ocorrência de irregularidades em prejuízo aos PNE e idosos asilados, pelo Lar da Bel, na rua Heitor Ferreira Martins, 735.

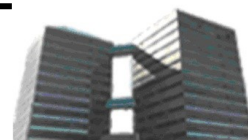
15) Inquérito Civil nº 00728.00021/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de **Cachoeira do Sul**, com a finalidade de apurar ocorrências de irregularidades em prejuízo aos PNE e idosos asilados no estabelecimento de Francisco Rodrigues Bica (Coração de Jesus), na rua Ismael Pereira, 1144.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1084

16) Inquérito Civil nº 00728.00022/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de **Cachoeira do Sul**, com a finalidade de apurar a ocorrência de irregularidades em prejuízo aos PNE e idosos asilados no estabelecimento Casa de Repouso Nossa Senhora dos Navegantes.

17) Peças de Informação nº 00732.00056/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de **Camaquã**, com a finalidade de verificar a fragilização da rede de proteção de Direitos Humanos, em razão da ausência de profissional de psicologia, por inércia ou disposição do mandatário do município de Chuvisco.

18) Inquérito Civil nº 00732.00048/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de **Camaquã**, com a finalidade de verificar as condições de funcionamento em estabelecimento de longa permanência para idosos – ELPI – de propriedade de Terezinha Adamski Reis, a fim de apurar denúncia de graves irregularidades que colocam os idosos em situação de risco.

19) Portaria nº 14/2012 emitida pelo Promotor de Justiça Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de **Campo Novo**, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na prestação de serviços de saúde pela Associação Hospitalar Campo Novo.

20) Inquérito Civil nº 00740.00007/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Dossena Lopes dos Santos, da Promotoria de Justiça de **Canoas**, com a finalidade de investigar a suspensão no atendimento as áreas de geriatria, obstetrícia e pediatria do Hospital Nossa Senhora das Graças.

21) Inquérito Civil nº 00740.00006/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Dossena Lopes dos Santos, da Promotoria de Justiça de **Canoas**, com a finalidade de apurar a regularidade das políticas sociais de atendimento à pessoa idosa executadas pelo Município de Canoas.

22) Inquérito Civil nº 00748.00315/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, com a finalidade de investigar a precariedade no atendimento a pacientes pelo Hospital Geral de Caxias do Sul.

23) Inquérito Civil nº 00748.00218/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Porto França, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades na Central de Regulação Hospitalar na Macrorregião da Serra.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012.

ALCEU SCHOELLER DE MORAES,

Procurador de Justiça, Coordenador,
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.